

“Constituição já” é a palavra de ordem

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Uma sessão com poucos parlamentares presentes e sem acontecimentos relevantes marcou ontem o reinício dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte. Embora tudo tenha ficado como estava, “Constituição já” foi a palavra de ordem utilizada por vários oradores. O presidente Ulysses Guimarães abriu a sessão às 16 horas com um elogio à atuação de seu vice, senador Mauro Benevides, que ficou em Brasília durante o recesso e o manteve informado sobre as articulações dos vários grupos da Constituinte. Com 119 deputados e senadores no momento da abertura dos trabalhos, e 177 na Casa, segundo a Mesa, a votação de destaques apresentados ao novo projeto de regimento interno foi adiada para a sessão de hoje, às 15 horas.

Em seu discurso, Mauro Benevides retribuiu o elogio de Ulysses, dizendo que o presidente da Constituinte não poupa esforços para que a Constituição seja promulgada o mais rápido possível. O senador também repetiu o slogan “Constituição já”.

Os deputados Lysâneas Maciel (PDT-RJ) e José Genóino (PT-SP) preferiram acusar o Centrão de ser responsável pelo atraso nos trabalhos da Constituinte. Genóino lembrou que há 44 dias nada se vota, embora o Centrão tenha alardeado possuir condições de arrematar mais de 280 votos em plenário, o que

de fato aconteceu mais de uma vez. O deputado petista previu que os destaques serão mantidos, enquanto Lysâneas Maciel criticava também o Centrão.

Falando pela liderança do PFL, o deputado José Lourenço (BA) defendeu a posição adotada pelo Centrão. Assinalou que “os destaques existentes são de responsabilidade dos partidos de esquerda. Éramos minoria na Comissão de Sistematização, somos maioria agora; a razão é simples: agora não existe uma comissão indicada pelos líderes, mas um plenário indicado pela Nação”. Após salientar que “o palco é de todos, mas o jogo é da maioria”, José Lourenço afirmou que “os entendimentos sempre são possíveis, mas não com gente com a mentalidade de Stalin em 1917”.

O clima de desalento com o governo, com a Constituinte e a situação geral do País foi transmitido ao plenário pelas declarações dos constituintes Irma Passoni (PT-SP), Amaury Muller (PDT-RS), Ivo Lech (PMDB-RS) e do líder em exercício do PL, José Carlos Coutinho (RJ), que defendeu a tese de eleições gerais ainda este ano.

O pedetista Adroaldo Streck (RS) anunciou o envio de requerimento ao Ministério dos Transportes acerca dos gastos a serem efetuados com a Ferrovia Norte-Sul, na qual já teriam sido aplicados entre 12,6 e 18,6 milhões de dólares, presumivelmente de forma irregular.



Alencar Monteiro

Ulysses abre a sessão elogiando a atuação de Benevides

PM começa a proteger o Congresso

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

A Polícia Militar do Distrito Federal começou ontem a operação de segurança do prédio do Congresso Nacional. Eram apenas 20 homens, por causa da tranquilidade. Hoje deve repetir-se a mesma situação, já que não estava prevista a realização de nenhuma sessão de votação ou manifestação popular.

Ontem, os policiais militares restringiram-se a caminhar pelas redondezas e a acompanhar à distância o ingresso das pessoas nas diversas entradas do Congresso. A partir de amanhã, porém, 80 homens estarão fazendo a segurança da Constituinte, sempre com muita cautela, atendendo a recomendação do diretor de Segurança da Câmara, Fernando Paulucci, que orientou o pessoal no último final de semana.

Além dos 80 homens da PM do Distrito Federal, o Congresso contará ainda com mais 250 agentes de segurança, sendo 200 da Câmara e 50 do Senado. Os seguranças terão como missão guardar o acesso ao plenário, para evitar que aconteçam tumultos semelhantes aos registrados durante a votação das mudanças no regimento interno da Constituinte. Naquela oportunidade, sindicalistas ocuparam todas as galerias e, além de vaiarem os integrantes do Centrão, jogaram notas e moedas sobre eles, além de um chinelo e de bolinhas de papel.

Pedido “bom senso” contra a estabilidade

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O reinício dos trabalhos da Constituinte levou ontem o presidente da Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos, Clésio Soares Andrade, a apelar para o “bom senso” dos parlamentares a fim de corrigir a estabilidade no emprego na forma como foi aprovada pela Comissão de Sistematização. Segundo ele, trata-se de “um suposto benefício, um pseudo-avanço social”, que em vez de estabilizar, vai provocar desarmonia nas relações entre empregadores e empregados.

“Na realidade” — disse —, “sem condições de aferir os critérios de competência, as empresas terão sua produtividade comprometida. A estabilidade nada mais será do que um bloqueio ao desenvolvimento nacional, pois, lamentavelmente, a possibilidade de demissão é freio seguro. Sem ela, a justa causa poderá ser invocada com o preço da vida de alguém, morto no asfalto, vítima de maus profissionais e que se inscreverão nos autos da Justiça do Trabalho”.

Para Clésio Andrade, as relações trabalhistas evoluíram nos últimos anos, não se justificando a tomada de posições que provoquem opiniões radicais. Por isso, a seu ver, os constituintes devem trabalhar na perspectiva do avanço dessas relações: “Os sindicatos não estão tolhidos e o empresariado, interessado em reduzir a intervenção do Estado na economia. A estabilidade deve produzir-se ao longo da maturidade do desenvolvimento econômico e das relações trabalhistas no País”.

Centrão não altera mandato nem regime

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O Centrão deve fechar hoje o conjunto de suas nove emendas substitutivas aos nove títulos do projeto de Constituição sem tocar em questões políticas, como o sistema de governo ou a duração do mandato do presidente Sarney, atendo-se apenas ao que chama de “questões substantivas”, como as econômicas. Duas das principais decisões da Comissão de Sistematização, antecipam seus principais líderes, como Roberto Cardoso Alves, não serão mexidas: a redução do mandato do presidente José Sarney para quatro anos e a implantação do sistema parlamentarista de governo já a partir de 60 dias após a promulgação da futura Constituição.

Com relação à estabilidade no emprego, o Centrão decidiu endossar a proposta dos empresários gaúchos, rejeitada com vigor pela Comissão de Sistematização com o voto contrário até mesmo do senador Albano Franco (PMDB-SE), presidente da Confederação Nacional da Indústria. Essa emenda garante: “São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros previstos nesta Constituição: a) estabilidade no emprego, após 12 meses, através de garantia em caso de despedida sem justa causa, de indenização correspondente a um mês de salário por ano de serviço prestado ou fração, além do Fundo de Garantia e nos casos de força maior, na forma prevista em lei”.

O projeto do Centrão reduz em 50% o valor da hora paga pelo trabalho extraordinário: enquanto a Comissão de Sistematização fixou a hora extra no dobro, o Centrão pretende que sejam pagos 50% da hora normal para cada hora trabalhada fora do turno do trabalhador.

Ainda no tocante à questão do trabalhador, o projeto do Centrão vai proibir claramente a possibilidade de imprescritibilidade das causas trabalhistas, que permitiria — caso passe o projeto aprovado pela Sistematização — que o trabalhador, em qualquer tempo pudesse processar a empresa por todo o período em que trabalhou nela. O Centrão vai manter o que está na legislação atual: o empregado somente pode processar a empresa pelos dois últimos anos trabalhados e até dois anos após sair dela, caso contrário toda causa trabalhista estará prescrita.

Na área econômica, que mereceu mais atenção dos relatores especiais do Centrão, com muitas alterações daquilo que foi aprovado pela Comissão de Sistematização, o grupo mexeu principalmente no conceito de empresa nacional (considerando que é empresa nacional aquela que tem sede e administração no País),

regulamentação das remessas de lucros das empresas estrangeiras e retirou do Estado a função de controlador da economia.

REFORMA AGRÁRIA

Para a reforma agrária, o Centrão redigiu um novo texto, aumentando as garantias do proprietário rural e alterando o conceito de função social da propriedade. Pelo projeto do Centrão, a propriedade produtiva, independentemente do seu tamanho, não será objeto de desapropriação para fins de reforma agrária. O caput do artigo que trata da reforma agrária foi alterado para o seguinte: “É garantido o direito de propriedade do imóvel rural cujo uso corresponda a uma função social”.

Da mesma forma, garante a proposta do Centrão, toda indenização deverá ser paga em dinheiro e será precedida de processo administrativo fundamentado em vistoria do imóvel rural, com a participação do proprietário ou do seu legítimo representante. Não serão passíveis de desapropriação os pequenos e médios imóveis rurais (o que já está no projeto elaborado pela Sistematização) e as desapropriações obedecerão a um limite máximo de 75% do imóvel.

Ao todo, o Centrão quer mexer em cerca de 350 a 400 dispositivos daquilo que foi votado pela Comissão de Sistematização. Muitas alterações serão até de difícil exame porque para cada um dos títulos o grupo vai elaborar um “emendão” completo ou emenda substitutiva.



Alencar Monteiro

Cardoso Alves